

A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950)

ISABEL CASTRO HENRIQUE

*Professora do Departamento de
História da Universidade de Lisboa.*

Este curto estudo integra-se num já longo percurso reflexivo, feito de interrogações e de experiências acumuladas, assentando na vontade firme de rever de maneira necessariamente crítica, as produções historiográficas relativas à África de língua portuguesa, mais correntes e mais banalizadas, excessivamente marcadas pela longa duração das conjunturas coloniais e pós-coloniais.

Na última década, e sobretudo depois de ter organizado em 1997 uma exposição consagrada à evolução e à diversidade das diferentes formas de socialização dos espaços moçambicanos¹, fui obrigada a dar-me conta da necessidade de rever as interpretações históricas relativas à criação e à organização da Angola contemporânea nas vertentes essenciais que dão coesão à nação actual: o território e a identidade. Privilegiando o movimento histórico em que o *facto colonial* se afirma e se consolida nessa região da África, nos finais do século XIX e na 1^a metade do século XX, desloquei o meu eixo de análise da realidade angolana oitocentista que marcava a minha actividade de investigação há já longos anos², de modo a poder inventariar e compreender as estratégias utilizadas pelo colonizador português na estruturação do território colonial. Tal operação impunha igualmente a análise da maneira como as diversas sociedades e unidades políticas africanas que ocupavam esses espaços, delimitados e organizados, respeitando lógicas civilizacionais africanas, souberam gerir a violência das operações colonizadoras dos portu-
gue-

ses, recuperando e consolidando tanto esse novo *território politicamente revisto*, como uma nova *identidade angolana*.

Não me parecia (nem me parece) possível aceitar que a criação de Angola fosse simplesmente o resultado de uma mera articulação de factos que as historiografias definiam como “campanhas militares”, “guerras de pacificação”, “operações de ocupação efectiva”, “operações de polícia” – do lado do colonizador – e “acções de protesto” e “guerras, combates ou actividades de resistência” – do lado dos colonizados. Havendo ainda a considerar o facto de estas categorias serem, no essencial, propostas ou impostas pelo colonizador.

Estas leituras historiográficas simplificadoras e redutoras, ainda presentes em alguns horizontes historiográficos angolanos, que se mantêm fiéis aos falsos “500 anos de dominação portuguesa” destinados a exaltar contraditoriamente a longevidade e a continuidade dos “movimentos de resistência africana”, não podem deixar de suscitar uma violenta rejeição devido à sua natureza discriminatória e preconceituosa, que inferioriza ou vitimiza os africanos, recusando-lhes qualquer capacidade de controlar o seu próprio processo histórico. A criação da Angola colonial que se continua na Angola independente, isto é, a construção de um novo território e de uma nova identidade, é um fenómeno complexo que não se pode compreender privilegiando exclusivamente as acções colonizadoras dos portugueses e ignorando a participação activa dos africanos, integrados num processo de “metamorfose” que os vai progressiva e inelutavelmente transformando em angolanos.

Saindo da minha cronologia, mas mantendo-me fiel à minha perspectiva da História, interroguei-me – continuo a interrogar-me – sobre uma questão que os acontecimentos, tantas vezes trágicos que nos últimos quase 30 anos marcaram a vida da Angola independente, revelaram: a fidelidade de todos os angolanos, do norte e do sul, de leste e de oeste a um território uno e indivisível e a uma identidade angolana, com menos de um século de existência. Quando se podia pensar ou prever que se desmoronaria o “edifício” angolano mantido pelos portugueses, registou-se – mau grado a guerra – a compreensão fulminante da necessidade urgente de reforçar a coesão nacional angolana. Em síntese, nenhum grupo político ou outro pôs em causa a unidade indispensável do *território*, integrador de homens e de sociedades com longos percursos históricos complementares, sim, mas diversos e

autónomos. O que excluía – como excluiu – os colonos portugueses, que também compreenderam a lição dos factos.

1. A QUESTÃO CENTRAL: A PARTICIPAÇÃO AFRICANA NA CRIAÇÃO DE ANGOLA

Há pouco mais de um ano, o historiador francês Jacques Legoff afirmava, numa brilhante entrevista televisiva, “prefiro ver a história não tanto como uma ruptura, mas antes como uma novidade que emerge da longa duração³: a emergência dessa “novidade” histórica que é a Angola moderna (colonial e independente) só pode compreender-se no quadro de uma longa duração que inteiramente africana.

Estudar a construção do território e da identidade angolanos centrada na intervenção decisiva dos africanos no processo de construção da nação angolana impôs uma reflexão⁴ organizada em torno de duas questões centrais:

1. a descoincidência africana e europeia no que respeita à concepção da terra, do território e da identidade⁵;
2. a cohabitação conflitual entre os dois grupos em presença, que se traduz em antagonismos mas também em complicitades, em compromissos estratégicos, assim como em choques violentos.

Tal reflexão permitiu isolar e desenvolver três ideias fundamentais:

1. Os colonizadores procuram dismantelar “cientificamente” a terra africana, retirando-lhe o seu carácter sagrado, laicizando-a, para construir, por esta via, um território colonial “branquizado”, arrastando consigo a criação de uma identidade angolana integradora do colono branco, destinada a eliminar a vitalidade das culturas africanas, graças ao esvaziamento das formas civilizacionais africanas;

2. os africanos, aparentemente despossuídos dos seus territórios ancestrais, procuram preservar os seus marcadores simbólicos e funcionais - desprezados pelos europeus-, que os autonomizam e identificam, e salvaguardar os valores fundamentais das suas identidades (religião e parentesco), mesmo se “prisioneiros” de etnias fabricadas, de espaços controlados pelo coloniza-

dor, de hierarquias discriminatórias, de formas culturais e materiais impostas pela força;

3. os africanos aceitam a dinâmica da mudança: aderem à ideia de que a identidade não é estática e dão-se os instrumentos – apropriando-se selectivamente das propostas do colonizador – para inventar novas fórmulas culturais, para reorganizar um território que nunca perdeu os seus símbolos ancestrais, para construir uma identidade angolana. A estratégia é clara: um novo território e uma nova identidade eram inevitáveis, pelo que se impunha o controle e a gestão do processo, afastando o colonizador e preservando assim valores seculares que hoje permanecem numa Angola marcada pela diversidade dos grupos históricos que a compõem.

Neste quadro de pesquisa que privilegia a construção do território, espaço indispensável à instalação das estruturas e das colectividades inventadas pelos homens, mas também necessário à criação, manutenção e reforço da identidade – fornecendo o território a garantia da autonomia colectiva – fui obrigada a reflectir sobre a maneira como os homens marcam os seus territórios, recorrendo à utilização de sinais que os autonomizam, assegurando o reconhecimento e o respeito dos homens e das comunidades. Esta constatação, que se aplica tanto aos africanos como aos europeus colonizadores – embora com diferenças substanciais, a organização dos seus territórios mobiliza sempre sinais de identificação simbólica -, permite por em evidência o choque civilizacional africano-europeu, já que os marcadores introduzidos pelos portugueses e que naturalmente se integram numa lógica civilizacional que não é a dos africanos, não podem deixar de sublinhar o conflito provocado pelos valores simbólicos e pelas suas materializações na construção da Angola moderna.

2. OS SÍMBOLOS E A SUA MATERIALIZAÇÃO

O recurso à imagem torna-se assim essencial: permite ela dar conta da polisemia do simbólico. Se a vertente abstracta do simbólico - a transcendência, o divino, a espiritualidade, mas também a ciência, incluindo aqui os sistemas de ideias, de pensamentos, de representações, de crenças – percorre de forma invisível todos os marcadores, é a vertente da materialização que permite a manipulação, tornando visível e palpável os sinais identificadores dos terri-

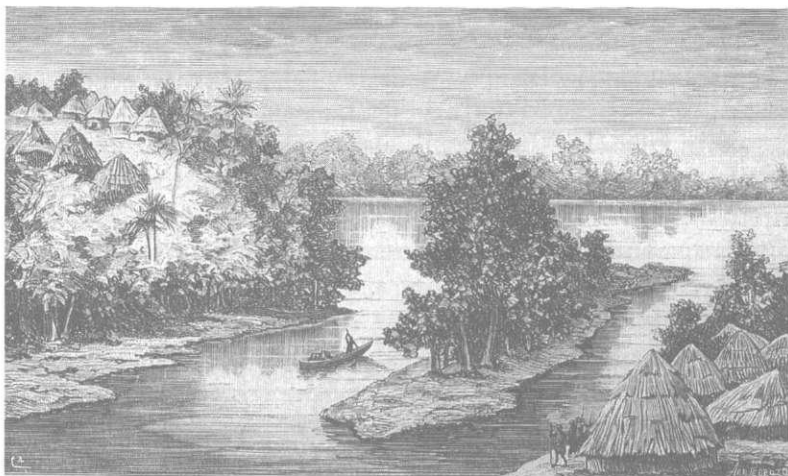
tórios e consequentemente o conflito entre os africanos e os europeus. Monumentos, construções africanas destinadas a uma grande diversidade de operações e de funções, “ídeos”, cantos, danças, rituais, sepulturas, árvores, mas também os instrumentos técnicos que permitem o conhecimento e a sua representação simbólico/científica, como é o caso dos mapas europeus, portugueses em particular (pois que na mitologia histórica que rodeia as operações de colonização portuguesas, os mapas são desde o século XV uma espécie de “ídeos”) e das múltiplas “construções” europeias destinadas a afirmar a dominação portuguesa em Angola (bandeiras, símbolos religiosos como cruces e crucifixos, nomes e designações, documentos, vestuário... toda a parafrenália do simbólico europeu).

2.1. A PROFUSÃO DOS MARCADORES SIMBÓLICOS DOS TERRITÓRIOS AFRICANOS

Não existindo uma teoria estruturada dos *marcadores* ou dos *sinais* que definem/caracterizam a originalidade dos territórios, encontrei-me perante a necessidade de proceder à elaboração de uma grelha interpretativa, naturalmente provisória, baseada nas indicações fornecidas pelas fontes oitocentistas e novecentistas relativas a Angola e à África central, de modo a proceder a uma arrumação eficaz dos elementos identificadores dos espaços africanos. Pude assim reter cinco categorias de marcadores: marcadores vivos, marcadores religiosos/sagrados, fabricados, históricos, musicais. Tais marcadores, de natureza diversa, põem em evidência uma variedade de sentidos, uma multiplicidade de representações, apresentando por vezes funções sobrepostas, que assinalam e definem os territórios, garantindo a sua originalidade, só podem ser eficazes quando mobilizam também os espíritos.

Marcadores “vivos” – Criados pela natureza e não controláveis pelos homens, devem ser identificados e classificados de modo a assegurar o processo de socialização do espaço, evidenciando a posse do território: *as águas*, em primeiro lugar, pois o homem depende da água doce distinguindo as águas vivas das águas mortas, as águas visíveis das invisíveis, as águas caindo do alto ou irrompendo do baixo; *a vegetação*, cuja vitalidade está apertadamente associada ao panteão africano ctónico, as raízes penetrando-o e dele se alimentando. Também as *termiteiras*, que formam verdadeiras “aldeias”, cons-

tituem sinais identificadores dos territórios. Trata-se de erupções de carácter subterrâneo e daí a relação privilegiada das térmitas com o mundo dos antepassados.



1.1 Gravura de Carvalho



1.2 Fotografia de Moraes

IMAGEM 1 - Marcadores “ vivos”: a natureza assegura a socialização do espaço.

Águas de origens diversas e floras constituídas por múltiplas espécies vegetais caracterizam as diferentes regiões e sobretudo permitem identificar os territórios, evidenciando a sua posse pelas divindades e pelos chefes políticos. Gravura de CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãnvua*. vol. II: *Do Cuango ao Chicapa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 584. E fotografia de MORAIS, J.A. da Cunha. *Africa Occidental. Album photographico e descriptivo*. vol. I, Lisboa: David Corazzi, 1885.

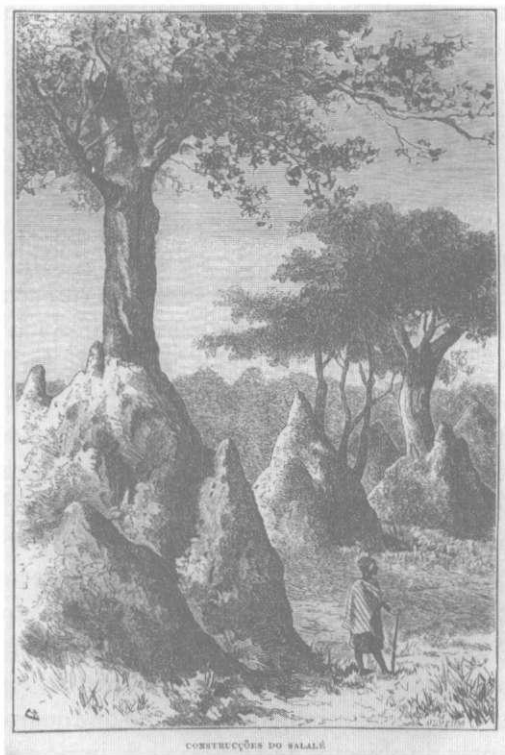


IMAGEM 2 – As termiteiras

A relação entre os homens e as construções das térmitas (salalé) ou termiteiras depende da própria estrutura ctónica do insecto, que enxameia pelo menos uma vez por ano, oferecendo aos africanos um petisco delicado. Acrescente-se que é frequente as termiteiras servirem de abrigo ou às colmeias – fornecedoras de cera e de mel – ou às serpentes pitões. O que para o viajante europeu pode aparecer como uma simples construção

grosseira apresenta para os africanos – do Chade à África do Sul – o interesse de um insecto socialmente organizado que fornece também alimentos. Gravura de CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiánvua*. vol. I: *De Loanda ao Cuango*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 374.

Marcadores “religiosos/sagrados” - Se não há marcador que não dependa de uma carga simbólica, os simbolismos possuem uma hierarquia: há aqueles que estão mais próximos da articulação homem/religião, enquanto outros mantêm com os espíritos relações mais ténues. Utilizando as informações obtidas junto das populações, no que podemos considerar como um verdadeiro “trabalho de terreno”, Henrique de Carvalho⁶ dá conta das funções religiosas de algumas *espécies vegetais*, que formam algo parecido com uma estrutura simbólica, que os homens devem não só aprender a reconhecer mas a respeitar e difundir, para se assegurarem da sua força protectora. Mas também para evitar infracções capazes de provocar a sua ira. A *cor* é provavelmente o marcador simbólico mais significativo, devido à sua relação com os mortos e com os vivos, respeitando sempre os códigos de utilização. Trata-se de um marcador simbólico que permite vários suportes e desempenha diferentes funções: no corpo, nas máscaras, nas casas, nos mais diversos objectos. Vários autores, como é o caso de Victor Turner⁷ que reforça as informações dos finais do século XIX obtidas por Henrique de Carvalho e já antes avançadas por Pedro João Baptista, Lazlo Magyar ou António da Silva Porto⁸, salientam a existência de um cromatismo simbólico, que se exprime na complementaridade antagónica do vermelho e do branco, cores obtidas a partir de elementos vivos, como a tacula, a árvore que fornece o vermelho e os caolinos que propiciam o branco. O recurso a estas duas cores complementares, o branco e o vermelho, assegura o equilíbrio social e a situação de paz interna e externa, já que o branco, cor da relação profícua com os espíritos, tempera a violência do vermelho. Os *complexos iniciáticos* constituem o terceiro marcador religioso/sagrado que quero aqui enunciar. Trata-se de conjuntos de objectos de natureza e de importância diferentes, indispensáveis nas cerimónias de iniciação masculina ou feminina: pequenas *construções* com painéis interiores pintados, especialmente criadas para as cerimónias rituais como a circuncisão, bem como as *máscaras*, em que a cor, a forma, o desenho e os materiais definem a função ritual, permitindo à sociedade estabelecer o contacto directo com os espíritos.

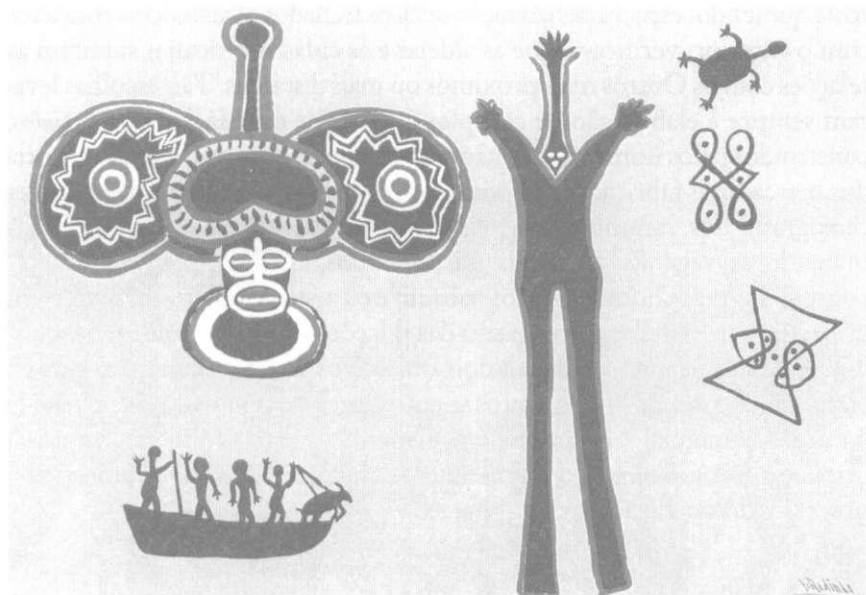
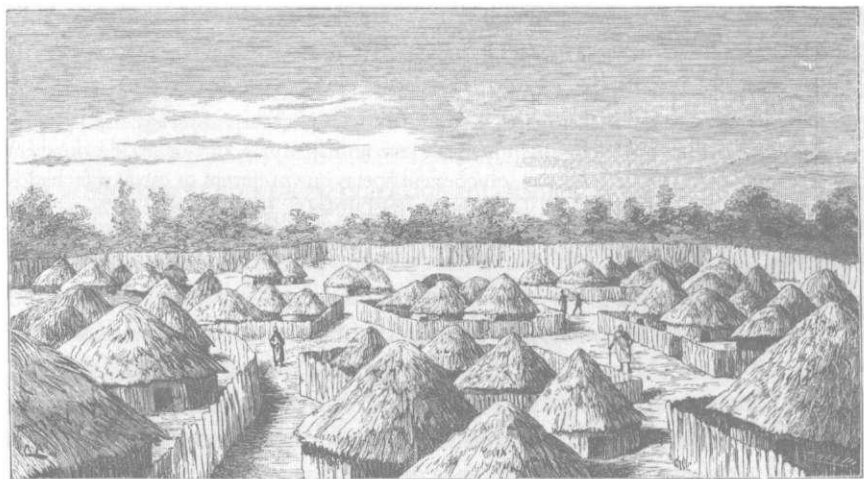


IMAGEM 3 A força simbólica da cor

Uma das grandes surpresas reveladas pelos viajantes ou pelos raros etnólogos, foram as paredes pintadas, pois elas não podem deixar de lembrar as técnicas europeias do fresco: pinturas do exterior que recorrem à combinatória vermelho e branco e a motivos cuja carga simbólica e religiosa “marca” a identidade local (máscara, tartaruga, barco, representação de um ninho, figura humana de cerimónias rituais com andas), destinadas à comunidade, afastando-se das soluções europeias que preferem os espaços fechados (palácios, igrejas, catedrais). Desenho de REDINHA, José. *Campanha Etnográfica ao Tchiboco (Alto Tchicapa)*. Lisboa: Companhia dos Diamantes de Angola (DIAMANG), 1953, estampa 19.

Marcadores “fabricados” – Entre os marcadores “fabricados” contam-se em primeiro lugar os espaços de habitação dos homens, isto é, as aldeias – forma menor – e as cidades africanas – forma maior – com as suas múltiplas construções, em particular, as casas, que dependem não só dos materiais disponíveis, (essencialmente materiais vegetais, por vezes tecidos, assim como as argilas pintadas, desenhadas ou simplesmente barradas), mas da função hierárquica dos moradores. Estes espaços de habitação são também o lugar dos produtores, obrigados por isso a assegurar a constituição, a conservação e a distribuição das reservas. Contrariamente a uma ideia cor-

rente que fez dos espaços de habitação núcleos fechados recusando os contactos com o exterior, verifica-se que as aldeias e as cidades africanas suscitam as relações com os Outros mais próximos ou mais distantes. Tais escolhas levaram sempre à elaboração de complexas redes de circulação – os *caminhos*, construídos pelos homens, que não podem deixar de integrar esta categoria dos marcadores fabricados que sinalizam os territórios. Não havendo uma cartografia dos caminhos, devem estes ser identificados recorrendo a marcadores vegetais, minerais ou aquáticos, mas também a “sinais” construídos pelos homens que os balizam e os institucionalizam, pondo em evidência a importância normativa das relações. Esses marcadores fabricados pelos homens respondem a dois objectivos fundamentais: assegurar a circulação e o descanso de quantos se entregam à viagem – seja ela ou não de natureza comercial -, e garantir a presença e a protecção divinas graças à instalação de *monumentos*, de dimensão variável, os *muqixi*, submetidos a processos de sacralização.



A MUSEUBA DO AMEIXI (CHEREMBE)

4.1 Gravura de Carvalho

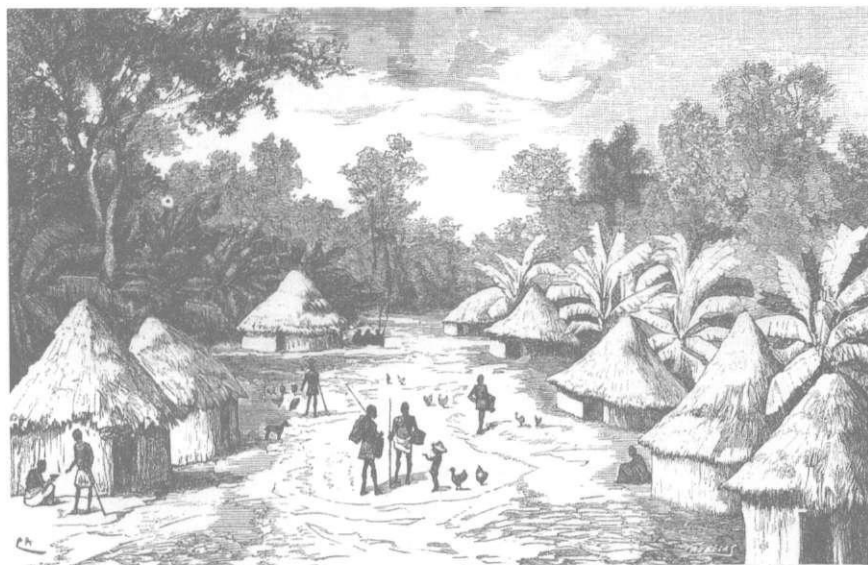
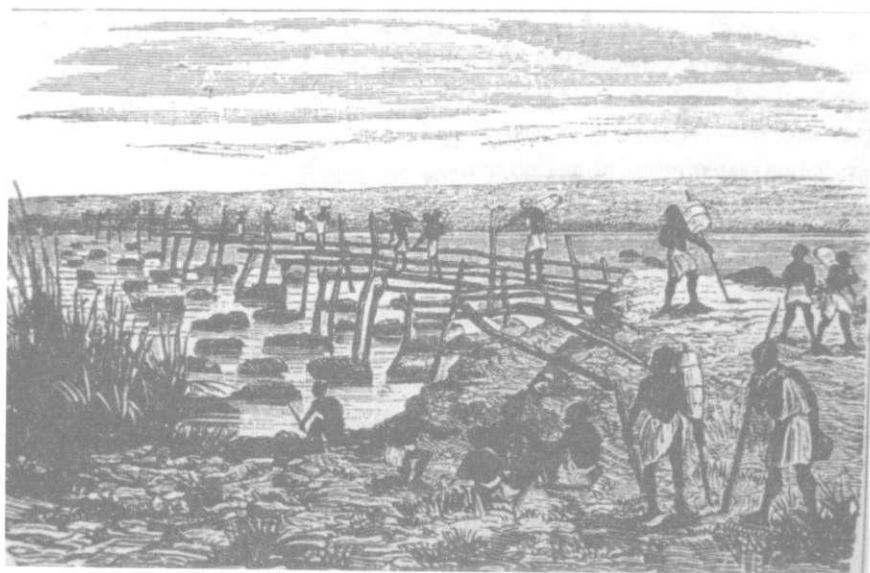
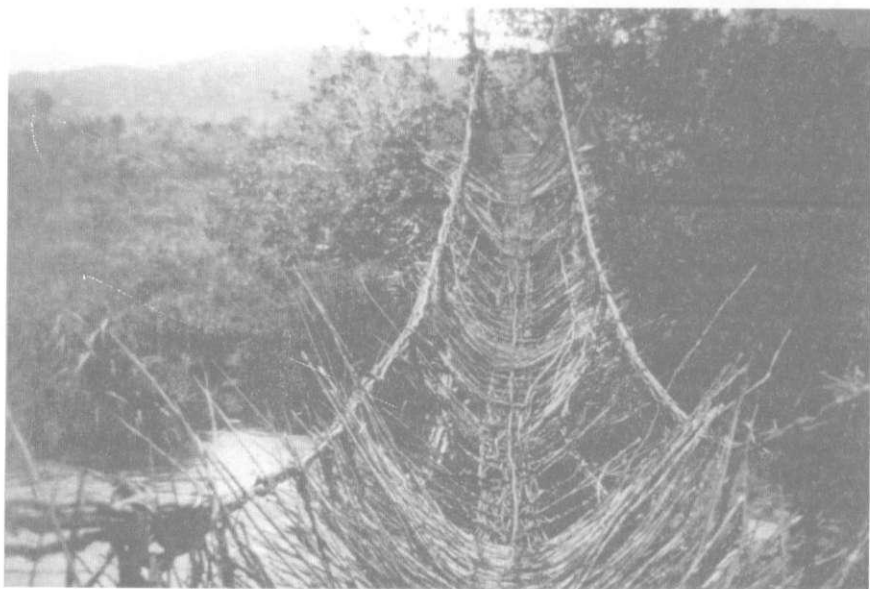


IMAGEM 4 – Os espaços de habitação

As aldeias constituem as formas preferenciais de organização e de socialização dos espaços. A ordem das cubatas depende menos dos materiais e mais das hierarquias – religiosas ou políticas – assim como das funções ligadas também às necessidades do grupo. Por sua vez estas cubatas estão claramente separadas das instalações destinadas à realização de cerimónias rituais que se realizam no mato, como sempre foi o caso da iniciação: todos os espaços urbanizados possuem um complemento no mato. Gravuras de CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãvna*. vol. IV: *Do Luembe ao Calanbi e Regresso a Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 496; 326.



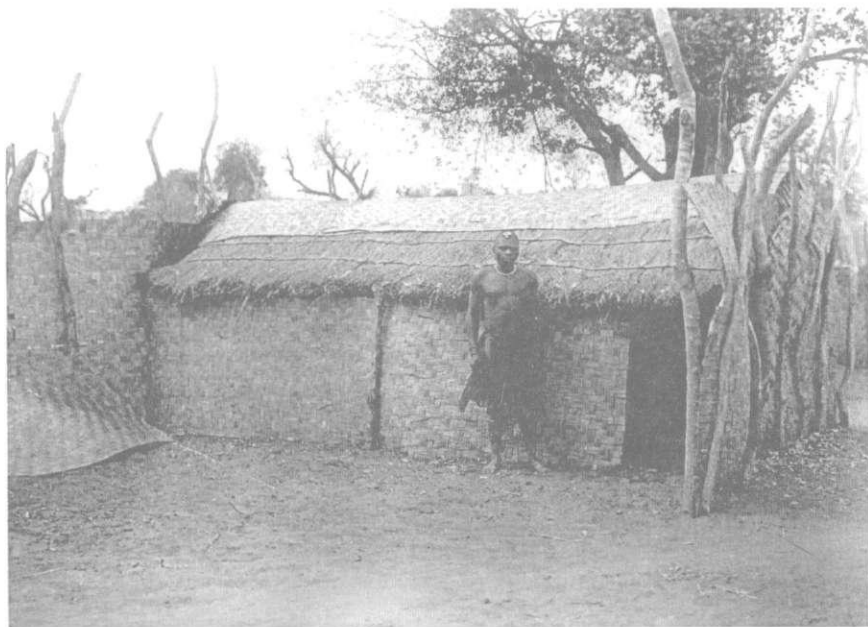
5.1 Gravura de Capello e Ivens



5.2 Fotografia de Veloso de Castro

IMAGEM 5 - As pontes humanizadoras do espaço

As pontes, relativamente raras, facilitam a circulação dos homens, mas sobretudo permitem controlar melhor os movimentos, seja dos naturais, seja dos estrangeiros. A sua diversidade depende não só dos materiais acessíveis para a sua construção, mas também da necessidade de adaptar a ponte aos sistemas fluviais: águas, correntes, chuvas e cheias, de modo a assegurar a sua máxima resistência. embarcações que também permitem ligar as duas margens dos cursos de água. Gravura de CAPELLO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *De Benguella às Terras de Iacca - Descrição de Uma Viagem na África Central e Occidental*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 81. E fotografia de Veloso de Castro, 1906, AHM (Arquivo Histórico Militar - Lisboa).



6.1 Fotografia de Veloso de Castro



6.2 Fotografia de Velosos de Castro

IMAGEM 6 – A diversidade dos modelos habitacionais

As fotografias põem em evidência a diversidade, a criatividade e a tecnicidade (arte da tecelagem e do manuseamento das canas) africanas na organização e na utilização dos materiais utilizados na construção das suas casas. Fotografias de Veloso de Castro, 1907. AHM.

IMAGEM 7 – Muquixi – “santuários” instalados nos caminhos

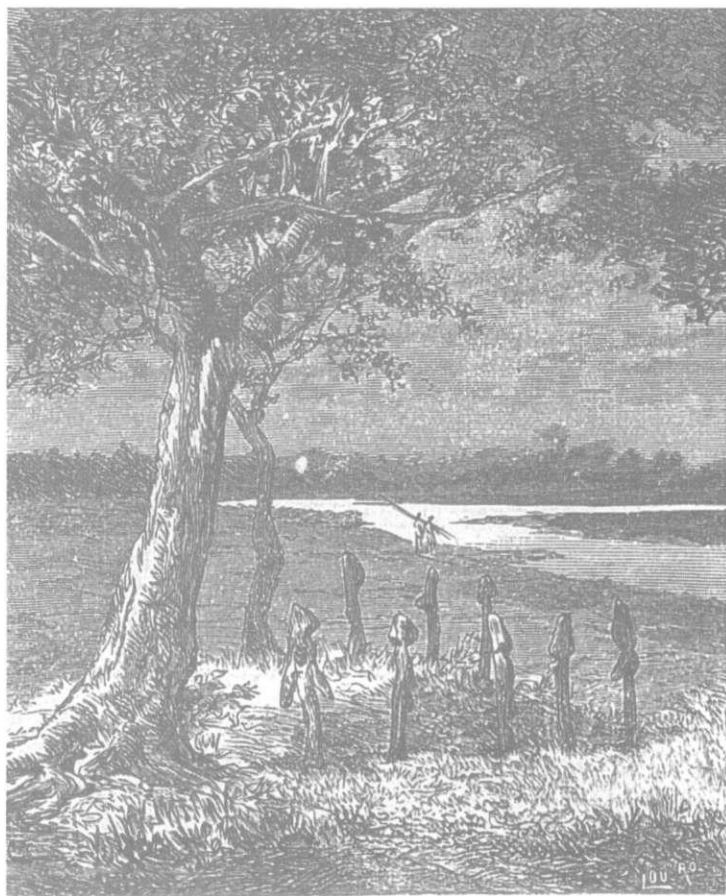
Trata-se de construções complexas, consagradas aos espíritos, fabricadas com materiais diversos, numa singular complementariedade entre vegetação e artefactos, obrigatoriamente instaladas nos caminhos, assegurando a presença e a protecção dos antepassados, aos quais o caminhante deve prestar homenagem. Gravura de CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãnvua*. vol. I: *De Loanda ao Cuango*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 435.



Marcadores “históricos” - Há também que registrar as marcas históricas, particularmente significativas nas sociedades sem escrita banalizada. Se não podemos falar de uma espécie de arquivos disseminados na natureza, é já possível salientar a importância de outro tipo de *monumentos* que podem articular elementos naturais e fabricados -, cuja interpretação implica a mobilização da história do grupo. É o caso de certas *árvores sagradas*, que os europeus incluíam no quadro dos “feitiços” e das *sepulturas*. É muito conhecida na literatura internacional a *árvore* que, no espaço político dos lunda, é apresentada como aquela que presidiu miticamente ao primeiro encontro entre Tshibinda Ilunga, o caçador luba - herói fundador - e Lueji, a princesa lunda destinada a suceder no trono a seu pai⁹. É evidente que a idade da árvore não coincide com a cronologia dos acontecimentos históricos; todavia, ela continua a preencher de maneira eficaz a sua missão de “monumento histórico”, datador dos primeiros momentos da criação mítica do império lunda. Também as *sepulturas* dos antepassados e particularmente dos heróis-fundadores ou das grandes figuras políticas têm aqui, como em qualquer outra região do mundo, uma importância histórica e religiosa considerável. Trata-se dos fundadores do território, que o organizaram, assegurando a socialização do espaço e da natureza.



8.1 Gravura de Carvalho



8.2 Gravura de Carvalho

IMAGEM 8 – Monumentos históricos – a árvore e a sepultura do herói mítico

O monumento do Calanhi (a árvore) celebra o encontro entre Lueji e Tchibinda Ilunga. A relação conjugal é assim evocada pela via do enraizamento da árvore que, desta forma, liga o sumo da terra à matéria mais aérea das nuvens, do sol e da lua, fornecendo também uma construção metafórica do enraizamento da nova dinastia. O herói-fundador está instalado, tal como todas as divindades, debaixo da terra, fornecendo a energia vital aos homens, às plantas e aos animais e garantindo a identidade e a integridade do território. Gravuras de CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Descrição da Viagem à Mussumba do Mnatianvua*. vol. IV: *Do Luembe ao Calanhi e Regresso a Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 252 e p. 281.

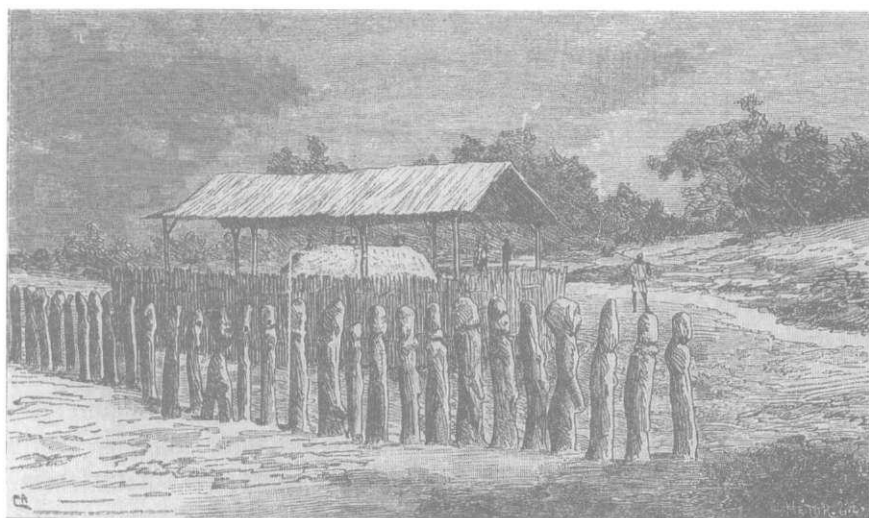


IMAGEM 9 – Os cemitérios, espécie de concentrado da história e da identidade nacionais

O território deve a sua consistência aos heróis fundadores, lembrados ou tornados presentes pela via da vegetação – árvores ou arbustos -, mas também pelo recurso a construções e à presença simbólica dos próprios homens, quer recorrendo a restos mortais (caveiras) e sobretudo a representações antropomórficas, grosseiramente esculpidas em troncos de árvores. Dado o talento dos escultores desta região lunda-quioica acreditamos que a estrutura grosseira quer mostrar que em todas as essenciais vegetais se pode dissimular um espírito. Gravura de CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãmvua*. vol. IV: *Do Luembe ao Calanbi e Regresso a Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 592 .

Marcadores “musicais” - Os marcadores musicais ou sonoros devem ser igualmente considerados pois sabemos que os *tambores* são utilizados não só para produzir música, mas também para organizar uma “linguagem tamborinada” que permite estabelecer relações a curta e a longa distância entre os diferentes grupos, ajudando assim a assegurar a coesão do território¹⁰. Não faltam documentos em que os viajantes europeus manifestam a sua surpresa: quando chegam a uma aldeia já esta está informada da sua presença, tal como está a par dos caminhos seguidos. A floresta não é de maneira alguma um espaço mudo, pois os viajantes recorrem constantemente

te à linguagem musical, utilizando instrumentos musicais como o *kisanje* ou não hesitando em levar consigo *aves canoras* em gaiolas para anular a solidão do caminhante. Em todos estes casos verifica-se que um dos suportes mais evidentes do processo de socialização está ligado a uma tríade fundamental: música, dança, canto. O colectivo impõe a sua própria estrutura, não recusando a afirmação da autonomia de cada um dos participantes. Se o colectivo é uma das marcas da organização africana, não é ele destinado a impedir a manifestação dos projectos e das competências individuais.

Haverá certamente outras formas de inventariar e classificar os marcadores dos territórios africanos; esta pareceu-me suficientemente ampla para definir e incluir o essencial.

2.2 - A FABRICAÇÃO DO TERRITÓRIO COLONIAL: AS MARCAS DO COLONIZADOR

Desde o início das relações com os africanos que os portugueses se dão conta das realidades territoriais locais e da relação sacralizante que as populações africanas mantêm com a terra. Sabem também que esse território colonial que pretendem construir não sustenta qualquer relação íntima com a sua própria história, pelo que se impõe a organização de um conjunto de operações eficazes destinadas a desmantelar o espaço africano e a permitir a criação de um novo território.

A primeira operação desencadeada pelos portugueses não podia deixar de ser a de dessacralizar a terra, isto é, de assegurar a transferência da terra africana do espaço sagrado africano para um espaço laico que podem controlar. Esta laicização da terra recorre obrigatoriamente à técnica e à ciência europeias. À sacralização africana os portugueses opõem a cientificidade europeia.

Esta operação exige a utilização de uma panóplia de instrumentos técnicos que permitem o conhecimento, a delimitação e a fragmentação científicas da terra e a sua posterior integração no sistema simbólico de representação ocidental: o mapa. Binóculos, lunetas, relógios, cronómetros, barómetros, termómetros, aerómetros, altímetros, higrómetros, microscópios, bússolas, teodolitos, assim como aparelhos fotográficos multiplicam-se: o território é cuidadosamente inventariado, de maneira a poder ser inscrito na cartografia que permite por sua vez integrá-lo no *mapa-mundi*, lugar de exaltação da

mundialização ou, se assim quisermos, da globalização. O desenho, a fotografia, os herbários, as peles, as cascas e carapaças, todos contribuem para o conhecimento global que, paradoxalmente, arranca terras e territórios aos seus habitantes e proprietários para os confiar a uma administração abstracta instalada a milhares de quilómetros de distância.

A criação das fronteiras aparece como uma tarefa prioritária, na medida em que impede que o território seja dissolvido nas unidades vizinhas, que se caracterizam sempre por um imenso apetite territorial. Passar da materialidade do território à sua representação simbólica assegurada pelos mapas, permite dar uma visibilidade inédita à própria colónia, que pode assim marcar no espaço simbólico do mapa não só os limites fronteiriços, mas também os acidentes internos que autonomizam o território: rios, lagos e quedas de água, vales e montanhas.

A cartografia permite pois dar uma visibilidade inédita ao espaço que se pretende ocupar e permite igualmente definir as condições da sua organização. É como se qualquer território fosse um espaço sem conteúdo e sem vida, redutível a um mapa de papel – plano e liso, delimitado por linhas/freontejas, preenchido por símbolos e códigos abstractos, vazio de homens, de estruturas políticas, sociais, religiosas, vazio de histórias seculares. A pretendida cientificidade que preside à elaboração do mapa garantiria pois a legitimidade da apropriação dos territórios africanos pelas potências europeias. Pelo que a ideia de uma Angola moderna, “produção” e “propriedade” dos portugueses que a tornaram visível através da representação cartográfica ganharia desta maneira “científica”, força e legitimidade indiscutíveis.

Mas representações cartográficas permitem também proceder a duas operações simultâneas: identificar as regiões e as produções, mas também inventariar as populações, inscrevendo-as, “fixando-as” no espaço simbólico do mapa¹¹. Pode também elaborar-se o inventário demográfico: quantos são? onde estão? Estas duas coordenadas são indispensáveis para distinguir o ocupado do ainda vazio, informação fundamental para elaborar os projectos de ocupação.

Pode igualmente verificar-se que a cartografia serve para definir estratégias e organizar, no terreno, as operações indispensáveis à destruição da ordem territorial africana para assegurar a metamorfose do espaço e a construção do território colonial.

As formas de ocupação do espaço são múltiplas e funcionam em rede, os portugueses procedendo à dilaceração da terra e ao desmantelamento dos territórios e dos caminhos africanos, eliminando muitos dos seus marcadores simbólicos e instalando uma outra organização do espaço. Tal situação resulta de uma série de operações que deixam as marcas do colonizador:

- a construção dos caminhos de ferro e das redes rodoviárias, a injeção de automóveis, de camionetas, de máquinas e de objectos inéditos que o comércio português vai banalizando;

- a multiplicação de estruturas urbanas – das povoações comerciais às cidades – as quais exigem a reorganização dos espaços e a expulsão dos africanos, para assegurar a instalação de colonos e de autoridades administrativas e dos próprios africanos integrados no regime do trabalho colonial, instalados em zonas periféricas e desclassificadas;

- as culturas obrigatórias que impõem aos africanos novos sistemas de produção, em função dos interesses dos colonizadores;

- a introdução de culturas industriais – café, algodão, açúcar, sisal – que pelo seu perfil próprio exigem grandes superfícies de terra, e a expropriação dos africanos das suas terras ancestrais;

- a organização de medidas administrativas e jurídicas, destinadas a eliminar a liberdade os africanos: obrigatoriedade do pagamento do imposto de cubata (em dinheiro), imposição de regras de trabalho considerado o meio mais eficaz de “civilizar” o africano; - a fixação do local de residência, a caderneta do indígena como corolário para consagrar a sua inferiorização;

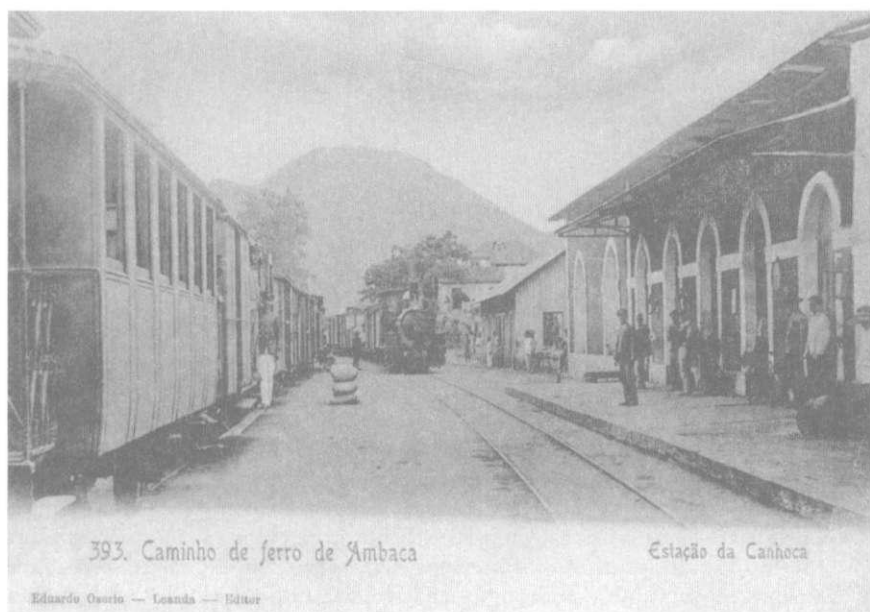
- o processo de “branquização” do território colonial, através da injeção de colonos brancos, mas sobretudo a “branquização” do quotidiano dos africanos retirando-lhes qualquer forma de autonomia: comer, vestir, dormir, falar, rezar, trabalhar, organizar a casa segundo os modelos europeus constituem operações centrais na organização e controle do novo território, muitas vezes dinamizadas pelas missões, que além de evangelizar devem também civilizar, ou seja branquizar. Trata-se de imposições perversas, já que são acompanhadas pelas formas da ridicularização dos africanos que aderem às propostas portuguesas;

- a mudança dos sistemas simbólicos particularmente visível nas estruturas religiosas que se multiplicam (igrejas e capelas, cruzeiros e crucifixos) e a introdução de símbolos portugueses impostos aos africanos como é o caso

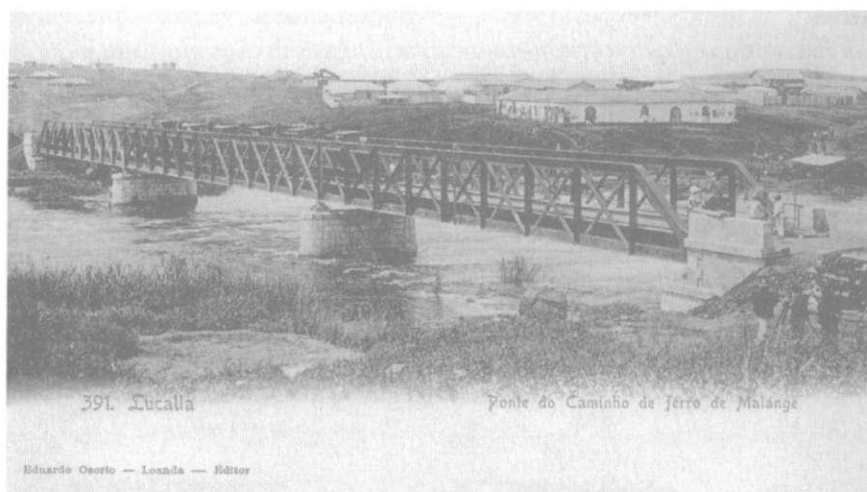
da bandeira portuguesa cujo mastro pode ser “plantado” na terra “violando” o espaço dos espíritos;

- a simbolicamente cruel alteração das designações africanas, substituídas por nomes (*Ndalatando* passou a *Salazar* e *Uige* a *Carmona*)¹² destinados a reforçar a metamorfose das terras africanas em território português.

Graças a esta “cientifização” do território, os portugueses procuram injectar-lhe “qualidades” que o devem desfrancizar, assinalando do mesmo passo as novas condições de dominação dos homens, das sociedades, das terras.



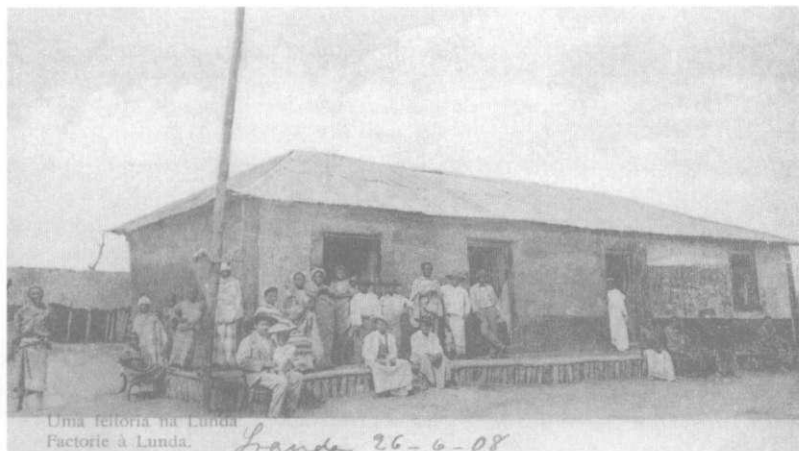
10.1 Fotografia de Loureiro



10.2 Fotografia de Loureiro

IMAGEM 10 – Os comboios e a dilaceração das terras africanas

A introdução das vias ferroviárias assim como das estradas permitem dar conta da crescente presença dos portugueses no interior, no antigo mato, e traduzem a vontade decidida de fazer dos africanos homens excluídos do seu próprio território. A estrutura e a função das construções e dos caminhos alteram-se tal como as pontes de lianas ou de ramos, são substituídas pelas pontes em ferro, sinal de outra e inédita relação com a natureza. Fotografias de c. 1906, LOUREIRO, João. *Memórias de Angola*. Lisboa: Edição do Autor, 2000, p. 187.



11.1 Fotografad e Loureiro



11.2 Fotografia de Loureiro

IMAGEM 11 – Comerciantes, militares e missionários

Estas fotografias do início do século XX põem em evidência a rede de desmantelamento das estruturas africanas - e os seus agentes preferenciais - organizada pela administração colonial portuguesa, decidida a controlar os espaços e os homens e a assegurar a construção da Angola colonial. LOUREIRO, João. *Memórias de Angola*. Lisboa: Edição do Autor, 2000, p. 204.



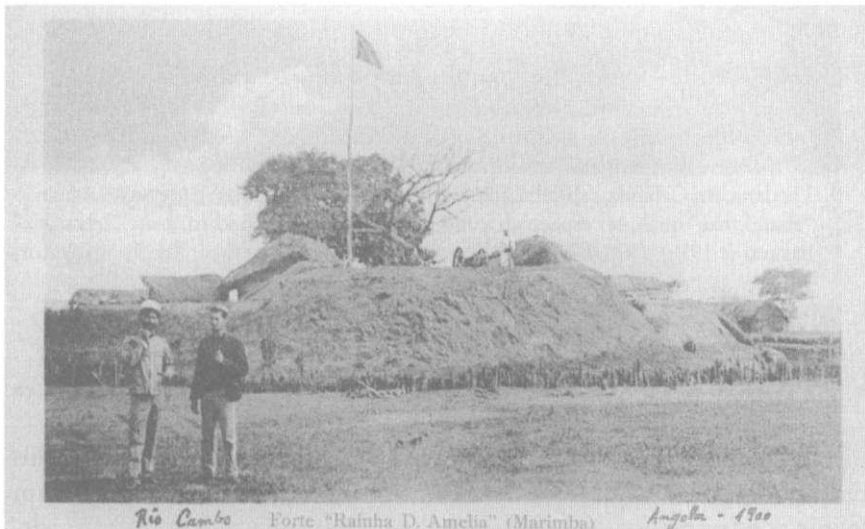
12.1 Fotografia de Loureiro



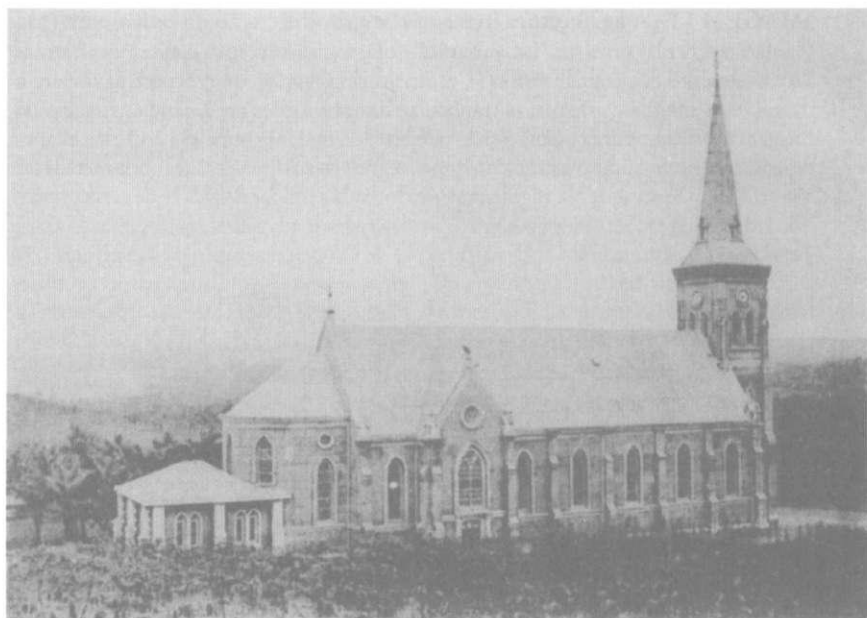
1..2 Fotografia do Arquivo Nacional de Fotografia

IMAGEM 12 – A agricultura industrial e a modificação da paisagem

Plantação agrícola com a sua “urbanização” – que contrasta com as habitações africanas provavelmente dos trabalhadores -, junto ao rio Cuanza, que fornece água para a irrigação, a energia e assegura o transporte das produções até Luanda. A segunda imagem mostra-nos uma plantação de café no Cazengo, nos anos 1940. O café, planta de origem africana industrializada no Brasil, regressou a África já na segunda metade do século XIX: a terra agrícola angolana sendo forçada a mudar de ciclo e de cariz, multiplicando as plantações que instalam a agricultura destinada à exportação, não sendo os angolanos consumidores da planta. Trata-se de um belo exemplo da substituição da terra africana pelo território português: a plantação de café expulsou a natureza autóctone, tal como suscitou as habitações dos colonos que recusam as formas e os materiais angolanos. LOUREIRO, João. *Memórias de Angola*. Lisboa: Edição do Autor, 2000, p. 188. E fotografia do ANF (Arquivo Nacional de Fotografia/Lisboa).



13.1 Fotografia de Loureiro



13.2 Fotografia de Loureiro

IMAGEM 13 – O carácter simbólico da bandeira e da igreja

Os portugueses impõem à terra, em via de se tornar angolana, a violência do pau da bandeira que aparece como uma demonstração da virilidade excessiva do poder colonial, violando o mundo ctónico africano (c. 1900). A imponente igreja da missão de Landana, em Cabinda, sublinha a determinação da política colonial portuguesa em não “abandonar” qualquer espaço africano, mesmo o mais recôndito, à sua “selvajaria” natural (c.1910). LOUREIRO, João. *Memórias de Angola*. Lisboa: Edição do Autor, 2000, p. 192 e p. 170.

3. OS AFRICANOS E A ADESÃO À DINÂMICA DA MUDANÇA

É no quadro de uma coabitação conflitual que o choque simbólico dos marcadores põe em evidência de forma aguda, que os africanos procuram definir as estratégias destinadas a preservar os seus valores ancestrais, adequando-as às necessidades imperativas da mudança.

Expulsos das suas terras, obrigados a adaptar-se aos sistemas de dominação e de exploração do colonizador, em particular à violência do trabalho

que lhes é imposto, escolhem comportamentos que lhes permitam impedir a anulação de toda a sua autonomia/hegemonia, procurando simultaneamente dar-se os meios para não perder totalmente o controlo da transformação do território. Ou seja, obrigados a entrar na engrenagem dos portugueses, os africanos organizam estratégias e inventam novas fórmulas culturais capazes de permitir a preservação dos valores essenciais da sua identidade, sem todavia recusar a dinâmica da mudança. Assim, participam e orientam o sentido da metamorfose do território e organizam uma identidade angolana.



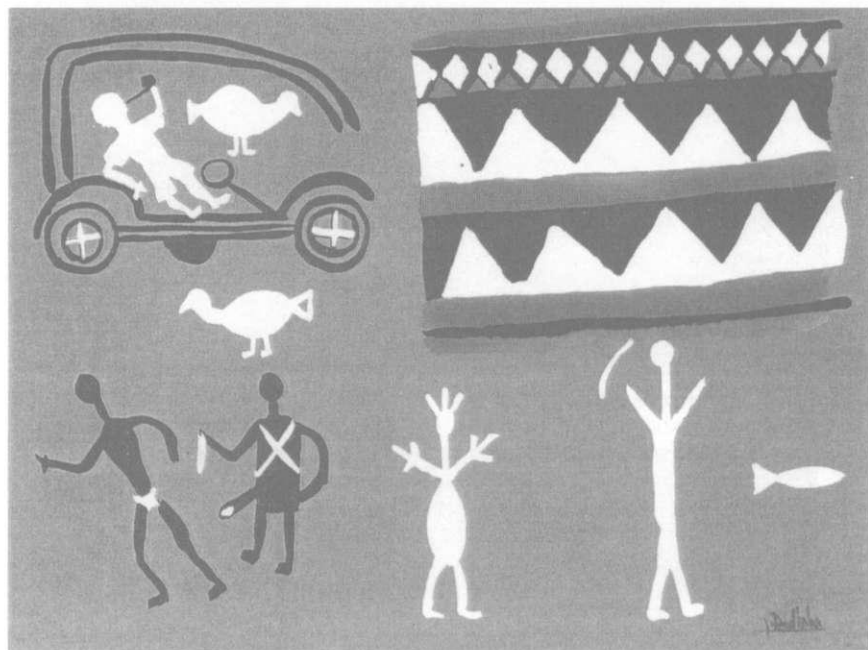
14.1 Fotografia de 1994 – Namibe



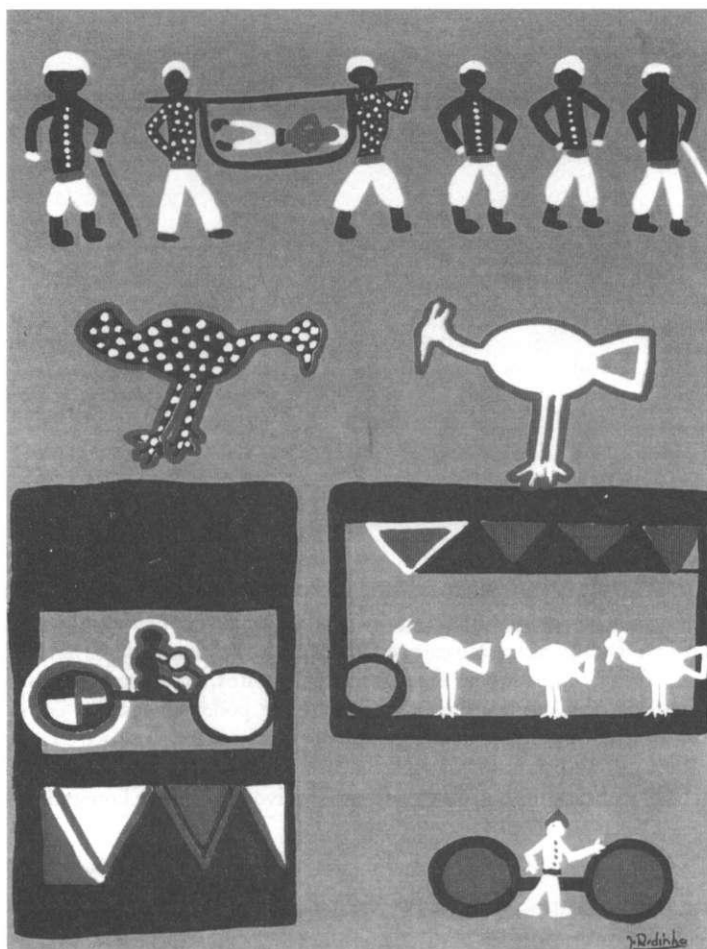
14.2. Fotografia de Loureiro

IMAGEM 14 – Formas sincréticas religiosas

No cemitério actual da região do Namibe encontramos uma das mais originais soluções sincréticas que multiplicou as pedras tumulares erectas, assim como as cruzes aparentemente banalizadas pelo cristianismo. Como não evocar o parentesco de alguns destes monumentos com as termiteiras e com as sepulturas do século XIX? (*Escultura Angolana. Memorial de Culturas*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1994, p. 47). A segunda imagem mostra a violência das regras impostas pelos missionários e a maneira como os africanos procuram geri-las, aderindo às práticas religiosas europeias (c.1907). LOUREIRO, João. *Memórias de Angola*. Lisboa: Edição do Autor, 2000, p.169.



15.1 Desenho de Redinha



15.2 Desenho de Redinha

IMAGEM 15 – A integração da “novidade” europeia nos sistemas simbólicos africanos

O génio artístico dos quiocos, mas sobretudo o seu enorme apetite de soluções e de invenções plásticas aparecem claramente nas paredes pintadas das suas casas, onde convergem não só os motivos decorativos geométricos, mas sobretudo histórias e informações, narradas graficamente e destinadas a dar a conhecer os particularismos organizacionais e rituais da sociedade. Desenhos de REDINHA, José. *Campanha Etnográfica ao Tchiboco (Alto Tchicapa)*. Lisboa: Companhia dos Diamantes de Angola (DIAMANG), 1953, estampas 35A e 12.



IMAGEM 16 – Africanização das formas comportamentais europeias

Nesta imagem representando mulheres de Luanda podemos dar-nos conta da importância do corpo africano na criação e na gestão de uma nova identidade: os pés descalços respeitam a relação sagrada com a terra e com os espíritos, enquanto os tecidos fornecidos pelos europeus se transformam naquilo que podemos designar como uma arquitectura angolana dos corpos, dos panos, dos movimentos. O espaço é assim inteiramente recuperado pela invenção das luandenses que articulam os panos europeus e os ritmos e a dignidade africanos. Fotografia do Arquivo Nacional de Fotografia.

* * * * *

O choque dos marcadores simbólicos e das suas materializações sublinha a fragilidade europeia/portuguesa no que respeita à sua capacidade de controlar e gerir o processo de criação do território e da identidade angolanos. A superioridade dos africanos resulta de diferentes factores: por um lado, inscrevem-se num quadro de autenticidade civilizacional e estão no seu território ancestral, povoado e protegido pelas suas divindades que, nem recorrendo à multiplicidade dos instrumentos “produzidos” pela ciência, os europeus conseguem eliminar; por outro, estão abertos a uma dinâmica de mudança, isto é, prontos a aceitar, a integrar e a recriar as propostas dos

européus. Já os europeus, instalados num território que não é o seu, vazio das suas divindades, dos seus antepassados, dos seus heróis, da sua história não podem, nem querem reconhecer nenhum dos aspectos do simbólico ou da prática africanos, senão como negação do próprio sistema africano, como rejeição do Outro. Querem sim varrer toda a realidade secular africana, estruturar em África um sistema estranho, estrangeiro, vazio de toda a africanidade, que julgam poder vir a adquirir uma autonomia possuindo uma estrutura capaz de representar uma nova autenticidade angolana – a do colonizador.

Os conceitos de *factício*/ *facticidade* e de *autêntico*/ *autenticidade* podem constituir categorias de análise esclarecedoras deste conflito civilizacional materializado através dos marcadores territoriais. O esforço destruidor dos portugueses para tornar o factício autêntico não pode deixar de resultar no fracasso do projecto português, os africanos sendo capazes de integrar parte do factício europeu na sua autenticidade angolana, reforçando a africanidade do território.

A violência do colonizador obrigou o colonizado a procurar reforçar/ modificar as condições da sua autonomia, o que implicou uma redefinição das suas relações com o território, mantendo-se assim um agente fundamental do processo de mudança.

NOTAS

¹ *Espaços e Cidades em Moçambique*. Lisboa, CNCDP, 1997.

² Ver Henriques, Isabel Castro. *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações Sociais no século XIX*. Lisboa, IICT/ICP, 1997. Versão portuguesa de *Commerce et changement en Angola au XIXe siècle. Imbangala et Tshokwe face à la modernité*. Paris, L'Harmattan, 1995, 2 volumes; "L'urbanisation commerciale en Angola au XIXe siècle", in *Universo urbanístico português 1415-1822*, Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 313-330; "Comércio e organização do espaço (c. 1870-1950)", in *Actas da III Reunião Internacional de História de África- A África e a instalação do sistema colonial, 1885-1930*, Lisboa, IICT, 2000, pp. 71-90.

³ Televisão francesa, Canal 5, Lês Livres, 22 de Fevereiro de 2004.

⁴ Ver HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e Identidade. A construção da Angola colonial (c.1872-c.1926)*. Lisboa, CHUL, 2004..

⁵ Para os africanos a terra africana é abrangente, engloba todos os territórios africanos: a terra é o cosmos, ao passo que os territórios nacionais ou familiares – qualquer que seja a sua dimensão –, só podem resultar da sua fragmentação. O cosmos é a unidade matricial; os territórios são formas menores que nele se inscrevem, dependentes mau grado a sua autonomia. Para os portugueses, o território africano colonial é um todo delimitado por fronteiras políticas, podendo ser retalhável em fragmentos, as “terras” dos europeus – fazendas, plantações, quintais, hortas, arimos, chibacas, jardins, campos de golfe ou de ténis – ou seja formas e propriedades privadas podendo ser trocadas ou vendidas e podendo também ser representadas graficamente, introduzindo nas práticas africanas um elemento que delas estivera ausente: a representação cartográfica, o mapa, instrumento indispensável à organização, à gestão e à exploração do território colonizado.

⁶ CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiánvua*. Lisboa, Imprensa Nacional, vol. I: De Loanda ao Cuango, 1890; vol. II: Do Cuango ao Chicapa, 1892, vol. III: Do Chicapa ao Luembe, 1893; vol. IV: Do Luembe ao Calanhi e Regresso a Lisboa, 1894. *Ethnographia e História tradicional dos povos da Lunda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890a.

⁷ TURNER, Victor W.. *The forest of symbols. Aspects of Ndembu Village life*. New York, Cornell University Press, 1967.

⁸ BAPTISTA, Pedro João. «Viagem de Angola para Rios de Senna», «Explorações dos Portugueses no Interior d'África Meridional (...)», *Annaes Marítimos e Coloniaes*. Lisboa, III, 5, pp.162-190; III, 6, pp.223-240; III, 7, pp.278-297; III, 9, pp.423-440; III, 10, pp.493-506; III, 11, pp.538-552, 1843.; MAGYAR, L., 1853; PORTO, A. da Silva, 1885-1886.

⁹ Ver uma representação da árvore in CARVALHO, H.. *Op. cit*, 1894, p. 252.

¹⁰ Sobre esta questão ver ROUGET, Gilbert. “Un chromatisme africain”, *L'Homme*. I, 3, Paris, 1961; TURNER, op. cit, 1967.

¹¹ Os mapas elaborados sob orientação de DINIZ, José de Oliveira Ferreira. *Populações indígenas de Angola*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, em 1916 - “carta etnográfica” e “carta das línguas faladas” - dão a ver as populações e as línguas “selvagens” da Angola colonial.

¹² Ver GRANADO, António Coxito (Antonito). *Dicionário Corográfico-Comercial de Angola*. 1.ª ed., 1947, Edições Antonito, Luanda, 1955; MILHEIROS, Mário. *Índice Histórico-Corográfico de Angola*. IICA, Luanda, 1972.

RESUMO: As sociedades não podem deixar de assumir as tarefas da organização e do conhecimento do seu espaço e dos seus territórios. Está-se perante uma tripla relação: o espiritual, o político e o cultural. Neste quadro de pesquisa, esta comunicação privilegia a maneira como o espaço fornece os elementos que autorizam a formação dos territórios, indispensáveis à instalação das colectividades inventadas pelos homens, mas também necessários à criação e ao reforço da identidade. Trata-se de estruturar uma autonomia tornada lisível graças à multiplicação de sinais simbólicos – os humanos e os naturais também eles humanizados – todos materializados pelo homem. O choque entre o *facto colonial* português e a emergência das formas autónomas angolanas, impõe uma solução falsamente contraditória: onde a operação colonial previa o reforço da dominação, todas as formas que materializam o novo território salientam a pulsão interna do simbólico africano, que permitiu que se passasse da situação colonial à multiplicação dos sinais da independência, tanto cultural como política, os angolanos tornando-se os agentes da sua própria metamorfose.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Identidade, Mudança.

RÉSUMÉ: Les sociétés sont amenées à assumer les tâches ayant rapport à l'organisation et à la connaissance du territoire. Nous nous trouvons devant un triple rapport: avec le spirituel, le politique et le culturel. Dans ce cadre de recherche, cette communication privilégie la façon dont l'espace fournit les éléments autorisant la formation des territoires, indispensables à l'installation des collectivités inventées par les hommes et à la construction de l'identité. L'autonomie devient alors lisible du fait de la multiplication des signes, les humains et les naturels, eux aussi humanisés. Le choc entre le *fait colonial* portugais et l'émergence des formes autonomes angolaises, a imposé une solution faussement contradictoire: là où les opérations coloniales prévoient le renfort de la domination, l'ensemble des formes qui matérialisent le nouveau territoire met en évidence la pulsion interne du symbolique africain, qui a permis le passage du colonialisme à la multiplication des signes d'indépendance, aussi bien culturelle que politique, les Angolais étant devenus les agents de leur changement.

MOTS-CLÉS: Territoire, Identité, Changement